



Exma. Senhora  
Chefe do Gabinete de Sua Excelência a  
Presidente da Assembleia da República  
Dra. Noémia Pizarro

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
		Nº: 3037 ENT.: 2518 PROC. Nº:	30/05/2014

ASSUNTO: RESPOSTA À PERGUNTA N.º 1052/XII/3.ª

Encarrega-me a Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade de junto enviar cópia do ofício n.º 5601, de 30 de maio, remetido pelo Gabinete do Senhor Ministro da Saúde, sobre o assunto supra mencionado.

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete

Marina Resende



GOVERNO DE  
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Exma. Senhora  
Chefe do Gabinete da Secretária de  
Estado dos Assuntos Parlamentares e da  
Igualdade  
Dra. Marina Resende

Sua referência  
Nº 875

Sua comunicação  
12.02.2014

Nossa referência  
Ent-.1985/2013

**ASSUNTO: Pergunta nº 1052/XII/3ª, de 13 de fevereiro de 2014, dos Deputados Paulo Sá, Carla Cruz e Paula Santos (PCP) - Degradação dos cuidados de saúde primários no barlavento algarvio**

Na sequência da Pergunta acima referida dos Senhores Deputados do Grupo Parlamentar PCP, encarrega-me S.E. o Ministro da Saúde de informar que em matéria da prestação de cuidados de saúde eficientes e custo efetivos, foram definidos um conjunto de objetivos e medidas estratégicas que são pilares da atuação do Ministério da Saúde de forma a assegurar a qualidade e o acesso aos cuidados de saúde e que tem em conta a realidade regional nomeadamente da região do Algarve.

A carência de recursos humanos é estrutural e transversal a toda a região do Algarve desde longa data, sendo mais evidente no Barlavento. O Ministério da Saúde está consciente desta realidade e tem vindo a desenvolver estratégias no sentido de colmatar as dificuldades regionais no que se refere à fixação de profissionais na região, envolvendo a ARS e contando com as estruturas locais.

Têm sido realizados procedimentos concursais para os médicos com a passagem do horário semanal das 35 para as 40 horas, assegurando listas de 1900 utentes e no caso dos restantes profissionais algumas das necessidades têm vindo a ser satisfeitas com o recurso às figuras de mobilidade e cedência, conforme previsto na legislação aplicável à Administração Pública e ainda se tem recorrido, pontualmente, ao trabalho temporário, através dos contratos de emprego e inserção do IEFP, IP.

Quanto á gestão dos tempos de espera no processo de referenciação a consulta externa Hospitalar, a ARS Algarve realizou reuniões, organizadas por especialidade, com a participação dos responsáveis pela Consulta Externa das unidades hospitalares de Faro e Portimão, da sua Diretora Clínica, dos responsáveis do Departamento/Serviço hospitalar em questão, dos Presidentes dos Conselhos Clínicos dos ACES e ainda dos elementos da Unidade Regional da CTH para dar a melhor resposta às necessidades.



Solicitou ainda a ARS Algarve, informação sobre as diligências levadas a cabo pelo CHA no sentido de melhorar o seu desempenho neste âmbito, tendo sido informada de que são divulgados mensalmente aos Diretores de Departamentos e de Serviços os dados remetidos pela Unidade Central da CTH, tendo em vista a introdução de medidas corretivas face a desconformidades que possam existir no sentido da sua resolução.

No que concerne às instalações da extensão de saúde de Burgau, de São Marcos da Serra e de Barão de S. João, a ARS acompanha estas situações concretas, sendo que no segundo caso importa referir que o Diretor Executivo do ACES tem vindo a articular com a Junta de Freguesia local a possível realocação da extensão. De salientar também que, na extensão de Burgau tem havido um acordo para, a autarquia assegurar, temporariamente, o transporte dos utentes à sede de concelho, à semelhança do que já acontece noutras extensões.

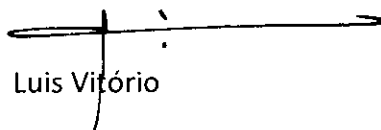
As questões levantadas relativamente a administração das vacinas tendo havido episódios de desfasamento de fornecimento de algumas vacinas, não existindo no entanto qualquer situação relevante do ponto de vista técnico e assistencial a reportar.

Registaram-se algumas faltas de material de consumo clínico no segundo semestre do ano de 2013 sendo que a maioria foi solucionada através de transferência de material entre centros de saúde, procedimentos de aquisição urgentes ou pedidos de empréstimo.

Relativamente à questão colocada sobre o Conselho da Comunidade, está designado o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lagoa, Enf.º Francisco Martins, como Presidente do referido órgão, tendo o mesmo já reunido com o Diretor Executivo e Conselho Clínico do ACES Barlavento e estando inteirado das situações pertinentes desse ACES.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete



Luis Vítorio